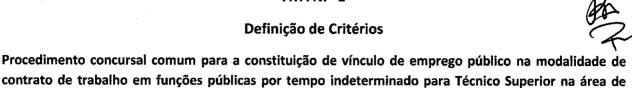


ATA N.º 1



Pág. 1/8

Aos dezassete dias do mês de março de dois mil e vinte e um, pelas 14h00 horas, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, reuniu o júri do procedimento em epígrafe, conforme deliberação da Câmara Municipal de 1 de março de 2021, exarado sobre a proposta de abertura do procedimento MGD nº 8387/2020.

PRESIDENTE:

Engenharia Civil

- Francisco Pontes Varanda Gonçalves, Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Obras

VOGAIS EFETIVOS:

- Patrícia Santos Louro Anacleto, Técnica Superior na Divisão de Gestão Urbanística e Obras
- Rui Pedro Gonçalves Marques, Chefe de Unidade de Recursos Humanos

I - MÉTODOS DE SELEÇÃO OBRIGATÓRIOS E MÉTODOS DE SELEÇÃO COMPLEMENTARES:

Os métodos de seleção serão os estipulados no artigo 36.º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho (LTFP), na sua redação atual, conjugados com os artigos 5.º e 6.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na sua redação atual (Portaria).

Os métodos de seleção obrigatórios – Prova de Conhecimentos (PC) e Avaliação Psicológica (AP) ou, para os candidatos que estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadora do posto de trabalho em causa, bem como no recrutamento de candidatos em situação de requalificação que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade (exceto se for afastada por declaração escrita expressa no formulário de candidatura) – será aplicado o método de seleção Avaliação Curricular (AC) e Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) e, como método complementar, será aplicável a todos os candidatos a Entrevista Profissional de Seleção (EPS).

1. PROVA DE CONHECIMENTOS

- a) A prova de conhecimentos assumirá a forma escrita, de natureza teórica e de realização individual, constituída por 25 questões de escolha múltipla e uma questão de desenvolvimento, com a duração máxima de 60 minutos, podendo ser alargado, até 30 minutos para os candidatos com deficiência comprovada que solicitarem condições especiais para a sua realização, é valorada numa escala de 0 a 20 valores até às centésimas, conforme previsto no n.º 2 do artigo 9º da Portaria e tem uma ponderação de 40% na nota final.
- b) O programa da prova versará sobre a seguinte legislação:

Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo (Lei n.º 31/2014 de 30/5); Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14/5); Regime jurídico da urbanização e edificação (Decreto-Lei n.º 136/2014, de política de 14/5); Regime jurídico da urbanização e edificação (Decreto-Lei n.º 136/2014, de política de 14/5); Regime jurídico da urbanização e edificação (Decreto-Lei n.º 136/2014, de política de 14/5); Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14/5); Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14/5); Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14/5); Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14/5); Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14/5); Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14/5); Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14/5); Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14/5); Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14/5); Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14/5); Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14/5); Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14/5); Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14/5); Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14/5); Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14/5); Regime jurídico dos instrumentos de gestão de 14/5); Regime jurídico dos instrumentos de gestão de 14/5); Regime jurídico dos instrumentos de gestão de 14/5); Regime jurídico dos instrumento



MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Pág. 2 / 8

Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho do Entroncamento, na sua redação atual; Código dos Contratos Públicos (Decreto–Lei n.º 18/2008, de 29/1, na sua redação atual, dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31/08); Regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais (Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8/8); Regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, coordenação de projetos, direção de obra pública ou particular, condução da execução dos trabalhos das diferentes especialidades nas obras de classe 6 ou superior e de direção de fiscalização de obras públicas ou particulares (Lei n.º 40/2015, de 1/6).

c) Aquando da realização da prova de conhecimentos, os candidatos poderão consultar a legislação, não anotada, constante do programa da prova, não sendo permitido o uso de equipamentos informáticos (computador, iphone, ipad ou outros).

2. AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA (AP)

A Avaliação Psicológica tem uma ponderação de 30 % na nota final e, destina -se a avaliar, através de técnicas de natureza psicológica, aptidões, características de personalidade e competências comportamentais dos candidatos, estabelecendo um prognóstico de adaptação às exigências do posto de trabalho a ocupar.

De acordo com o n.º 3 do artigo 9º da Portaria, a avaliação psicológica é valorada em cada fase intermédia, através das menções de apto e não apto. Na última fase deste método, para os candidatos que o tenham completado, os níveis classificativos são: Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4.

3. AVALIAÇÃO CURRICULAR (AC)

A avaliação curricular (AC), visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica, a experiência profissional, a formação profissional e a avaliação do desempenho. Este método tem uma ponderação de 40 % na nota final.

A classificação da avaliação curricular é expressa na escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas e será calculada do seguinte modo:

$$AC = \underline{HA + FP + EP + AD}$$

4

Sendo:

AC - Classificação da avaliação curricular;

HA – Habilitação Académica;

FP - Formação profissional;

EP - Experiência profissional;

AD – Avaliação do desempenho.



a) Habilitação Académica (HA)

Licenciatura em Engenharia Civil, em instituições do Sistema de Ensino Português ou noutras, desde que devidamente certificadas pelas entidades competentes.

O fator HA será avaliado com base na relação quantitativa do grau da habilitação académica de acordo com a seguinte tabela:

Grau de habilitação académica	Valoração
Licenciatura pós Bolonha em Engenharia Civil	16
Licenciatura pré Bolonha ou pós Bolonha com Mestrado integrado, em Engenharia Civil	18
Doutoramento em Engenharia Civil ou Mestrado não integrado na Licenciatura em Engenharia Civil	20

b) Formação profissional (FP)

Assenta na verificação de qualificações adquiridas através da certificação de ações de formação profissional frequentadas no último período, não superior a 5 anos, devidamente comprovadas.

Os critérios a relevar na avaliação deste parâmetro serão a duração e o âmbito da formação, sendo apenas consideradas as ações de formação comprovadas através de cópia do respetivo certificado que comprove a frequência e duração das mesmas.

No caso de o certificado da ação de formação não conter a indicação do número de horas, considera-se que um dia de formação corresponde a 7 horas, pontuando-se a formação de forma cumulativa, de acordo com o quadro infra, não podendo ultrapassar neste parâmetro a pontuação de 20 valores:

Duração	Valoração
Ações de formação com duração até 35 horas	1 valor por cada ação, até ao limite de 20 valores
Ações de formação com duração > 35 ≤ 70 horas	2 valores por cada ação, até ao limite de 20 valores
Ações de formação com duração > 70 ≤ 100 horas	3 valores por cada ação, até ao limite de 20 valores
Ações de formação com duração > 100 horas	4 valores por cada ação, até ao limite de 20 valores

c) Experiência profissional (EP)

Este parâmetro será classificado de acordo com o tempo de serviço em funções públicas prestado no exercício efetivo de funções com identidade funcional idênticas às exigidas para o posto de trabalho a ocupar, devidamente comprovado por documento idóneo e que refira expressamente o período de duração da experiência profissional e contenha a discriminação das funções efetivamente exercidas.







Valoração
10
12
14
16
18
20

d) Avaliação de desempenho (AD)

Pondera-se as avaliações dos últimos 3 ciclos avaliativos, no âmbito do SIADAP 3.

A valoração final é resultante da média aritmética simples das avaliações quantitativas dos três ciclos avaliativos, sendo pontuada de acordo com o seguinte quadro:

Avaliação de Desempenho	Valoração
Desempenho Inadequado – O valores	0
Desempenho Adequado (de 2 a 2,999 pontos)	10
Desempenho Adequado (de 3 a 3,999 pontos) ou sem avaliação por motivo não imputável ao trabalhador	14
Desempenho Relevante (de 4 a 4,700 pontos)	16
Desempenho Relevante (superior a 4,700 pontos) ou desempenho com reconhecimento de excelência	20

4. ENTREVISTA AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (EAC)

A Entrevista de Avaliação de Competências visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas para o

O método permitirá uma análise estruturada da experiência, qualificações e motivações profissionais, através de descrições comportamentais ocorridas em situações reais e vivenciadas pelo candidato.

Para o efeito será elaborado um Guião de Entrevista composto por um conjunto de guestões diretamente relacionadas com o perfil de competências previamente definido, associado a uma grelha de avaliação individual que traduza a presença ou a ausência das competências em análise, avaliado segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4.

A preparação e aplicação deste método será aplicado por um técnico devidamente habilitado. A Entrevista de Avaliação de Competências terá a duração aproximada de 1 hora.



MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Pág. 5 / 8

As competências definidas para avaliar a Entrevista de Avaliação de Competências são as seguintes: Planeamento e Organização; Análise da Informação e Sentido Crítico; Inovação e Qualidade; Iniciativa e Autonomia.

5. ENTREVISTA PROFISSIONAL DE SELEÇÃO (EPS)

A Entrevista Profissional de Seleção visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a motivação e interesse profissional, relacionamento interpessoal e capacidade de comunicação.

A EPS será avaliada segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4, e terá a duração aproximada de 30 minutos.

Durante a entrevista serão abordados os seguintes assuntos relacionados com o subfactor de avaliação:

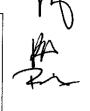
Fator de avaliação	Assunto a abordar	
MIP - Motivação e interesse profissionais	Ponderará os motivos da candidatura e as expectativas profissionais	
RP - Relacionamento interpessoal e Trabalho em Equipa	Ponderará a atitude e comportamentos de relacionamento com a chefia e os colegas do trabalho, capacidade de trabalho em equipa e avaliará o nível de compreensão das regras e normas disciplinares no trabalho.	
CC - Capacidade de comunicação	Avaliará a capacidade de interpretação do discurso, capacidade de argumentação, empatia e qualidade de expressão verbal	

Os fatores de avaliação da EPS serão classificados de acordo com o seguinte:

a) Motivação e interesse profissionais (MIP)

Classificação EPS	Fundamentação da classificação
4 valores	Manifestou dificuldade na análise do percurso profissional. Não revelou noção sobre os seus pontos fortes e pontos fracos. Não projetou interesses profissionais relacionados com as atividades a desenvolver, permitindo atribuir avaliação negativa à motivação para as funções a exercer.
8 valores	Manifestou uma análise pouco crítica do seu percurso profissional. Revelou alguma dificuldade em identificar e fundamentar os interesses profissionais, permitindo atribuir avaliação negativa a motivação para as funções a exercer.





12 valores	A análise do percurso profissional projetou alguns interesses profissionais coincidentes com as atividades a desenvolver. A noção sobre os seus pontos fortes e pontos fracos nem sempre foi clara, permitindo prognosticar algum empenho em conseguir uma adequada realização profissional e motivação para as funções a exercer.
16 valores	Demonstrou a relevância da experiência profissional para as atividades a desenvolver. Projetou interesse e empenho em conseguir uma adequada realização profissional, as opções tomadas em contexto profissional projetam maturidade e ponderação, permitindo prognosticar muito bom nível de motivação para as funções a exercer.
20 valores	Evidenciou forte interesse em conseguir adequada realização profissional, as opções tomadas em contexto profissional projetam maturidade e ponderação na escolha de especialização, as expetativas profissionais refletem uma visão concreta e objetiva do trabalho. Revelou noção clara e crítica sobre os seus pontos fortes e pontos fracos, permitindo prognosticar sólida motivação para as funções a exercer.

b) Relacionamento interpessoal (RP)

Classificação EPS	Fundamentação da classificação		
4 valores	Manifestou deficiente compreensão das normas de relação interpessoal no meio laboral. Projetou fraca capacidade de autocorreção comportamental, permitindo uma avaliação negativa da capacidade de relacionamento interpessoal e de trabalho em equipa.		
8 valores	Manifestou alguma facilidade em identificar as diferentes atitudes perante os valores internos do grupo, não projetou preocupação em promover a confiança e o respeito pelos colegas e hierarquias, permitindo prognosticar fraca capacidade de relacionamento interpessoal e de trabalho em equipa.		
12 valores	Manifestou bom entendimento da importância das normas de relacionamento interpessoal no local de trabalho, revelando preocupação em adotar comportamentos adequados em situações de conflito, em promover confiança e o respeito pelos colegas e hierarquias, permitindo diagnosticar alguma facilidade de relacionamento interpessoal		
16 valores	Revelou franca compreensão da importância das normas de relacionamento no local de trabalho, projetou capacidade em adotar comportamentos adequados para a promoção da confiança e respeito pelos colegas e hierarquias, permitindo uma avaliação claramente boa da capacidade de relacionamento interpessoal e de desenvolvimento de trabalho em equipa.		
20 valores	Evidenciou alto nível de compreensão da importância das normas de relacionamento interpessoal no local de trabalho e valores internos do		



grupo, projetando franca facilidade de integração em grupos de trabalho e comportamentos que promovem a confiança e o respeito pelos colegas e hierarquias, permitindo uma avaliação excelente da capacidade de relacionamento interpessoal e de promoção de trabalho em equipa.

As Pix

c) Capacidade de comunicação (CC)

Classificação EPS	Fundamentação da classificação		
4 valores	Manifestou dificuldade em compreender as perguntas, nas respostas predominaram os argumentos fora do contexto, revelou um vocabulário pobre e dificuldade de expressão.		
8 valores	Nem sempre revelou compreender as questões, as respostas nem sempre respeitaram o contexto do diálogo, projetou dificuldade em manter uma participação ativa nos assuntos abordados, o discurso foi pouco claro, revelando dificuldade de expressão, mas projetando uma atitude empática.		
12 valores	Manifestou facilidade em compreender perguntas, as respostas projetaram um vocabulário adequado, revelando alguma dificuldade em expressar as ideias, mas evidenciando uma atitude de empatia, permitindo uma avaliação positiva da capacidade de comunicação.		
16 valores	Evidenciou facilidade em manter um diálogo dinâmico com os interlocutores, o discurso durante a entrevista foi coerente e objetivo com um vocabulário rico e adequado, revelando muito bom nível de expressão verbal, capacidade de comunicação e empatia.		
20 valores	Evidenciou grande facilidade de expressão verbal no diálogo com os interlocutores, facilidade em interpretar as perguntas e responder às questões, revelando uma excelente capacidade de comunicação e empatia.		

O resultado da entrevista profissional de seleção, obter-se-á pela aplicação da seguinte fórmula:

$$EPS = \underline{MIP + RP + CC}$$

II - CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS MÉTODOS DE SELEÇÃO

1 – A classificação final e a consequente ordenação final dos candidatos serão expressas na escala de zero a vinte valores, com valoração às centésimas, resultando da média aritmética ponderada das classificações obtidas nos métodos de seleção indicados, efetuada através da aplicação da seguinte fórmula:

CF = PC (40%) + AP (30%) + EPS (30%)

ou,



CF= AC (40%) + EAC (30%) + EPS (30%)

Sendo que:

CF – Classificação final; **PC** – Prova de conhecimentos; **AP** – Avaliação Psicológica; **AC** – Avaliação curricular; **EAC** — Entrevista de Avaliação de Competências; **EPS** – Entrevista profissional de seleção.

III - CRITÉRIOS DE ORDENAÇÃO PREFERENCIAL

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Em caso de igualdade de valoração, entre candidatos, os critérios de preferência a adotar serão os previstos no artigo 27.º da Portaria.

O Júri		
O Presidente:	O Vogal:	O Vogal:
FriMH?	Peterson Lley Mello	Rilay
Francisco Pontes Varanda Gonçalves	Patrícia Santos Louro Anacleto	Rui Pedro Gonçalves Marques